

* 5 MAI 1991

JORNAL DO BRASIL

Saúde

Cidadania contra o apocalipse

**A cólera revela a
lógica perversa que
rege as prioridades
na área da saúde**

Lucia Souto



A cólera bate a nossa porta. É com perplexidade e apreensão que vemos a peste — um dos cavaleiros do apocalipse — romper fronteiras e passear livremente entre nós às vésperas do século XXI e do sonho de entrarmos no Primeiro Mundo e na “modernidade”.

A entropia está se instalando na vida latino-americana com tudo o que ostenta de desorganização, de injustiça, de alienação e de destruição, desafiando todos os infernos.

Como agir na prevenção à cólera? Como evitar que essa nova peste agrave o crônico quadro de nossas misérias?

A concepção predominante das campanhas de combate às doenças é feita só através da instituição do individualismo como terapêutica. O Ministério da Saúde pretende advertir cada indivíduo (quando o faz) para os cuidados com as relações com os outros indivíduos, reduzindo as causas estruturais à “escolha” de estilos de vida inadequados ou à falta de cuidados das donas-de-casa com as plantas aquáticas. Medidas de eficácia duvidosa e comprovadamente limitadas. Desfaça-se das plantas, livre-se do mosquito, fuja do aidético e salve-se quem puder.

O Estado, por não oferecer condições de vida adequadas à população, termina por favorecer o surgimento das doenças e epidemias. E transfere para o indivíduo sua responsabilidade com a doença, fazendo-o sentir-se culpado se

não obtiver êxito na sua cura.

Diante desse quadro de epidemias a nossa porta e com a prática fragmentada do Ministério da Saúde, as soluções não são simples. Para que se vislumbrem possibilidades de mudanças é preciso exercer amplamente a cidadania, lutar pela reforma do Estado, tornando-o um instrumento a serviço dos interesses públicos e rompendo com seu caráter privado e clientelista, capaz de consumir 60% de seu orçamento com atividade-meio, como no caso da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro.

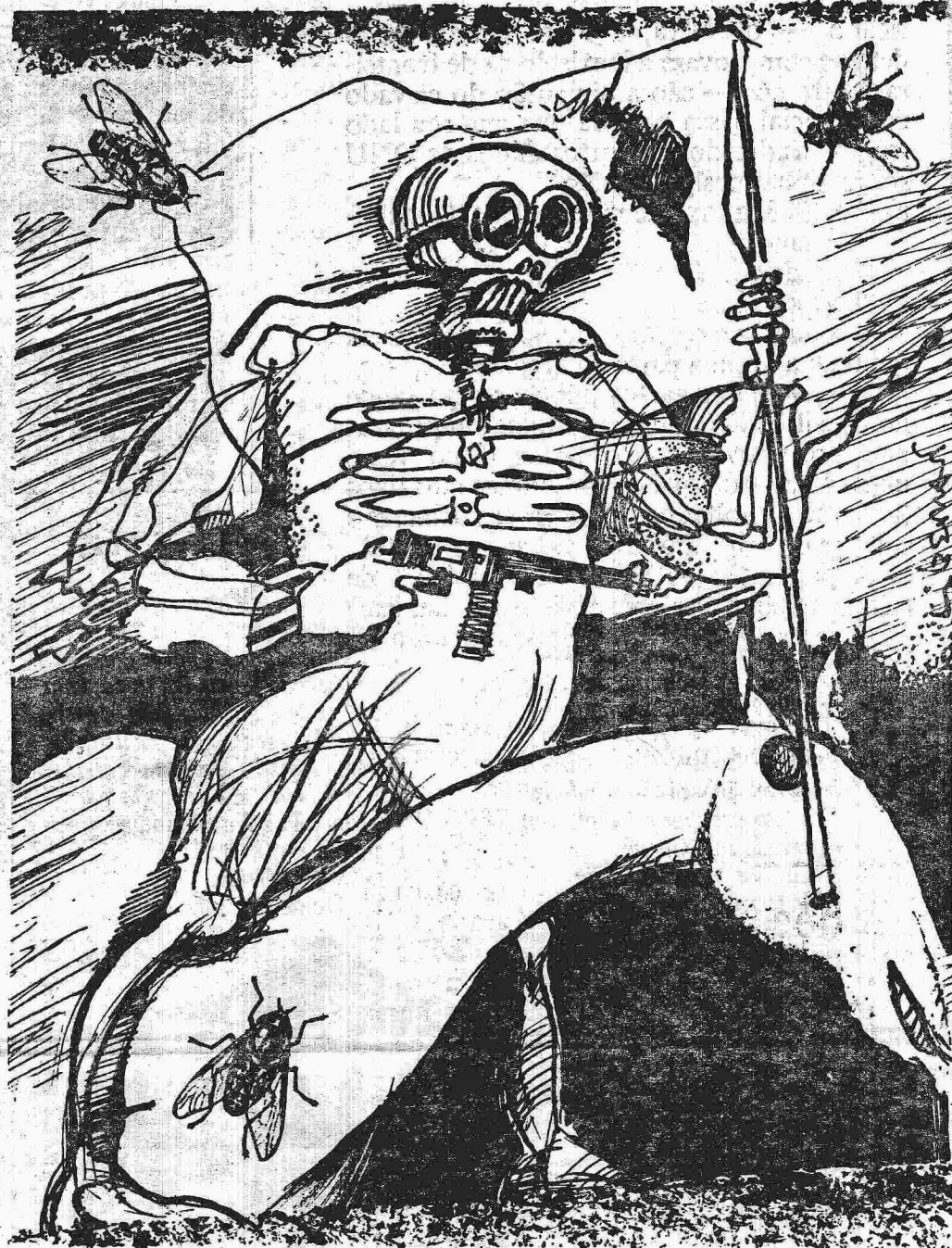
É necessário expor a lógica perversa dos interesses privados que, ao se apropriarem e se servirem do Estado, o tornaram desacreditado e desmoralizado no seu cotidiano clientelista, impedindo sua ação essencial: servir aos interesses públicos. Lógica a favorecer a política neoliberal do Estado mínimo pois, ao atribuir convenientemente a falência do Estado no

setor ao seu caráter público “aparente”, atende simultaneamente dois objetivos: ocultar a essência e a natureza da crise e afirmar a “solução” para todos os males — a neutralidade “insuspeita” do gerenciamento eficiente que escamoteia o preocupante projeto de privatização do setor, contrariando o direito inalienável de acesso universal de todo cidadão à saúde.

A escassez que afeta milhões de seres humanos fazendo crescer a maior de todas as pestes — a fome epidêmica revela a sua outra face: a opção por políticas de extermínio na abundância de recursos destinados ao complexo industrial militar, que devorou 1 trilhão de dólares em 1990 na corrida armamentista.

A ONU — no seu *Informe de 1990 sobre Desenvolvimento Humano* — fornece os alarmantes e pouco conhecidos números dos gastos militares no Terceiro Mundo. Eis alguns deles:

a) Mais de 25 países em desenvolvimento gastam no setor militar



mais, e às vezes até o dobro, do que despendem em educação e saúde.

b) Em 1960, os países em desenvolvimento gastaram 1 bilhão e 100 milhões de dólares importando armas. Vinte e sete anos depois — em 1987 — essa importação subiu para 35 bilhões de dólares.

c) No Terceiro Mundo, há oito vezes mais soldados do que médicos.

d) O Banco Mundial informa que em alguns países em desenvolvimento um terço da dívida externa foi contraída por gastos militares.

e) Os países da América Latina foram os que tiveram as maiores reduções nos gastos públicos em saúde e educação na década de 80.

A guerra consome energia, trabalho, inteligência e criação de um número incalculável de seres humanos submetidos à lógica de um sistema que, fragmentando a tal ponto nossa sociedade, colocou-a a serviço de sua própria destruição.

As doenças que hoje eclodem em todo o território latino-ame-

**O Estado,
por não oferecer
condições de vida
adequadas à população,
termina por favorecer o
surgimento das doenças e
epidemias**

□ Lucia Souto é deputada federal (PCB-RJ). Médica sanitária com curso de especialização na Fiocruz, foi Secretária de Saúde de Nova Iguaçu.

ricano — o cólera, a febre amarela e o dengue comprovam a inexistência de fronteiras entre nós — são a dimensão do elevado custo social dessa política que tem seu lado trágico traduzido em outros dados da ONU sobre nossas desigualdades:

a) Em 1988, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos continuava de 85 para 1.000, o dobro da de Sri Lanka e apenas um pouco menor do que a de Myanmar, países cuja renda *per capita* é, respectivamente, a quinta e a décima parte da brasileira.

b) Em 1949, dos gastos públicos com saúde no Brasil, 87% eram dispendidos em programas preventivos considerados cinco vezes mais efetivos do que os programas curativos (geralmente voltados para as áreas urbanas e cidades do Sul). Em 1986, caíram para 22%.

c) A população de baixa renda (até 1/4 de salário mínimo *per capita* de renda familiar) vive menos 4,5 anos do que os de faixa de maior renda.

Ao contrário de década perdida de 80, a de 90 precisa comprometer-se com nossa recuperação econômica, política e social, identificando progresso e modernidade com

desenvolvimento humano e bem-estar social. Para a ONU um índice de desenvolvimento humano teria que levar em conta simultaneamente três elementos básicos:

1) A longevidade como expressão de

A década de 90 precisa comprometer-se com nossa recuperação econômica, política e social.

uma atenção adequada da saúde e da nutrição.

2) O conhecimento como consequência de uma adequada educação primária, secundária e terciária e, no futuro, ciência e tecnologia.

3) O PIB *per capita*, mas incluindo na análise sua distribuição entre a população.

4) Com o Desenvolvimento Humano, entendido como a liberdade política, econômica e social para garantir os direitos da existência de seres criativos e produtivos.

Essas novas referências são caminhos mais objetivos e concretos em busca do bem-estar.

A Rio-92 — a Conferência Mundial do Meio-Ambiente — que se realizará aqui no Rio de Janeiro, colocará o Brasil e a América Latina no centro das atenções mundiais. Esse fórum de debates poderá contribuir desde já para a afirmação de um desenvolvimento equilibrado entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais que leve em conta a imperiosa prioridade de reversão do nosso quadro de misérias.

Essa Conferência é um momento imperdível para reafirmar a opção pela vida e pela paz e abrir as portas à integração latino-americana. É necessário romper a identidade latino-americana com a doença, afirmando-a pela saúde, quer individual, quer social; uma transformação só possível com uma nova relação integradora no ecossistema. 